

ENSINO PROFISSIONAL

Expansão e qualidade dos cursos de Medicina

Expansão dos cursos de Medicina, uso crescente de Inteligência Artificial e novas tecnologias desafiam instituições de ensino e hospitais a garantir formação qualificada, infraestrutura adequada e profissionais preparados para os desafios da saúde contemporânea.

Ana Esteves

A expansão dos cursos de Medicina no Brasil amplia o acesso à graduação e impõe desafios à qualidade do ensino, à formação prática dos futuros profissionais e à capacidade de fiscalização das instituições. Ao mesmo tempo em que a Inteligência Artificial (IA), a robótica e outras ferramentas digitais transformam a assistência à saúde, o setor precisa garantir que os avanços tecnológicos sejam acompanhados de conhecimento clínico consistente e de condições adequadas de aprendizagem.

Para o médico de família e diretor do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) William Adami, “o crescimento da oferta de vagas sem controle efetivo sobre a qualidade pode comprometer a formação dos profissionais, mas também a assistência prestada à população”.

O debate ganhou relevância diante do aumento de escolas médicas nas últimas décadas. No Rio Grande do Sul, o diretor afirma que existem 22 escolas de Medicina e 23 processos judiciais relacionados



Expansão dos cursos de Medicina traz para o debate a qualidade do ensino, a formação e a avaliação

a novas aberturas. No País, são mais de 500 cursos de Medicina e 620 mil médicos, com a perspectiva de que, em 2030, sejam mais de 1 milhão de médicos.

“Não tem como o nosso País produzir com qualidade um número tão grande de profissionais. E, portanto, isso vai refletir diretamente na assistência à população”, afirma o presidente do Simers, Marcelo Matias.

A preocupação do sindicato médico não se limita à quantidade de diplomas que o país pode emitir, mas à necessidade de a formação médica contar com uma combinação de conhecimentos teórico, experiência prática, contato com pacientes e desenvolvimento de habilidades para tomar decisões em situações complexas. Sem esses componentes, a ampliação da oferta, afirma o sindicato, pode não se traduzir em profissionais preparados para atender às necessidades da população.

A qualidade da formação depende de condições que vão além das salas de aula, pois a graduação precisa proporcionar experiências em diferentes níveis de atenção à saúde, incluindo unidades básicas, ambulatórios especializados, hospitais, serviços de urgência e emergência, estruturas de atenção psicossocial e vigilância em saúde. O estudante deve percorrer as principais áreas da Medicina, como clínica médica, cirurgia, ginecologia e obstetrícia, pediatria e atenção primária. Também precisa ter contato com especialidades e subespecialidades suficientes para construir uma visão abrangente da prática

profissional.

“O sindicato defende que a avaliação das escolas considere não apenas os projetos pedagógicos, mas também as condições concretas oferecidas aos alunos. O desafio envolve ainda a formação de professores e preceptores, responsáveis por acompanhar os estudantes nas atividades práticas. A ampliação das turmas exige profissionais qualificados e tempo para orientar, avaliar e corrigir a atuação dos futuros médicos. Quando o número de alunos cresce sem expansão proporcional dos recursos humanos e da infraestrutura, a supervisão pode se tornar mais difícil”, diz Adami.

Para o médico Filipi Pietroski, residente em Medicina de Família e Comunidade em Sapucaia do Sul e coordenador do Núcleo Médico Jovem do Simers, a ampliação do acesso à graduação precisa ser acompanhada de critérios rigorosos de avaliação e de uma formação que estimule a construção contínua do conhecimento. Para ele, observa-se uma mudança no perfil de ingresso nas faculdades ao longo dos últimos anos: enquanto a concorrência nas instituições privadas era elevada

no início da década passada, hoje o número de candidatos por vaga é menor em parte dessas escolas:

“Esse cenário reforça a importância de discutir os critérios de seleção dos estudantes e os mecanismos de acompanhamento da aprendizagem durante a graduação”.

O debate envolve a proposta de criação de um exame de proficiência para recém-formados em Medicina, com o objetivo de estabelecer parâmetros para verificar se os profissionais desenvolveram as competências necessárias ao exercício da profissão.

Presidente do Simers, Matias diz que é preciso fazer uma avaliação adequada das faculdades de Medicina para que tenham bons professores, bons universitários e formação adequada: “Para que a universidade consiga oferecer uma formação adequada para os futuros médicos”.

Em vez de concentrar toda a avaliação em uma única prova ao final do curso, Pietroski defende um modelo dividido em etapas, acompanhando o avanço do estudante pelos diferentes ciclos da graduação.

Ao ser questionado sobre o incremento do número de cursos de medicina no País, o Ministério da Educação (MEC) informou, em nota, que “os processos regulatórios instaurados por força de decisões judiciais foram o principal motor da expansão de cursos de Medicina no Brasil a partir de 2015. É o que aponta o Panorama da Formação Médica no Brasil – Relatório Temático de Monitoramento da Política de Regulação e Supervisão da Educação Superior. O documento inédito produzido pelo MEC apresenta dados de 2010 a 2024, com base no Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)”.

A nota informa, ainda, que “neste período, a oferta de cursos de Medicina no Brasil cresceu 158%, passando de 181 para 467. Nas universidades públicas federais, o aumento foi de 74,5%. A maior parte do crescimento, no entanto, provém do aumento de 550% dos cursos em instituições privadas com fins lucrativos”.



William Adami



Filipi Pietroski